

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PEDAGOGICAL PLANNING FROM THE PERSPECTIVE OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Eridene Bezerra da Silva¹⁹

Maria Jozenilda Araújo dos Santos²⁰

A escola é um espaço onde diversas relações são travadas e nela existem muitos sujeitos que integram as dinâmicas das interações sociais, como professores, alunos, gestão escolar e comunidade em geral, que são afetados por influências econômicas, políticas e culturais, caracterizando, dessa forma, a sociedade de classes. Para que haja sintonia entre essas relações, a escola necessita munir-se de ferramentas que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem.

Assim sendo, o planejamento é definido como um recurso indispensável ao ambiente educacional para que ações e procedimentos sejam realizados, com a intenção de promover práticas educativas que proporcionem uma atividade consciente e que atendam as opções político-pedagógicas, tendo como referência as situações didáticas concretas defendidas pela unidade de ensino. Nesse sentido, é preciso ter clareza do que se deseja alcançar e considerar o planejamento como uma etapa primordial para que se atinja aquilo que foi almejado, levando sempre em consideração, como assegura Moretto (2010), alguns fatores, como: as estratégias utilizadas, os agentes envolvidos, os recursos necessários, os mecanismos de avaliação, entre tantos outros. Logo, o planejamento é visto como uma atividade essencial para o desenvolvimento de ações pedagógicas que possibilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos de forma crítica, autônoma e ativa.

¹⁹ Licenciada em Letras - Língua Portuguesa (UECE), discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica -PROFPET/ IFRN. E-mail: eridene.silva@gmail.com

²⁰ Bacharel em Ciências Contábeis (UFRN), graduanda em Letras - Língua Portuguesa (UFRN), discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFPET/ IFRN. E-mail: joze.m@bol.com.br

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo principal mostrar como ocorre o planejamento na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica. Essa análise justifica-se, porque o planejamento na EPT fundamenta-se no compromisso ético da instituição de ensino em oferecer uma educação que promova uma formação humana integral e que oportuniza uma consciência transformadora para que o indivíduo modifique a si e ao meio em que habita.

Nessa perspectiva, pretende-se realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica para investigar como acontece o planejamento na EPT. Essa ação fundamenta-se porque o planejamento é concebido como uma atividade extremamente pertinente ao processo de ensino-aprendizagem, mas, ao mesmo tempo, é uma temática que dispõe de poucas pesquisas na área. Fato percebido ao se realizar uma busca nos principais espaços destinados a divulgar conteúdos relacionados ao universo da educação.

Para além dessa introdução, o texto organiza-se da seguinte forma: no primeiro momento, são apresentados alguns conceitos de planejamento no macrocontexto das políticas educacionais. Em seguida, disserta-se acerca do planejamento no âmbito de ensino, compreendido como uma atividade docente centrada na organização e coordenação das atividades didáticas. No decorrer desse percurso dialoga-se com os conceitos de planejamento propostos por (SILVA, 2013), (LIBÂNEO, 2013), (GRABOWSKI, 2014) e (MORETTO, 2010), com as definições dentre as quais o ensino médio se propõe sob a ótica de (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015) e (RAMOS, 2008). Por fim, constam, nas considerações finais, as percepções em relação à importância de adotar o planejamento como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de práticas educativas que vão ao encontro das necessidades dos sujeitos.

PLANEJAMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO

O termo planejamento, entre tantas concepções, é designado como uma ferramenta didático-pedagógica que tem como principal objetivo favorecer a aprendizagem significativa, de forma que o educando possa relacionar seus conhecimentos à sua vida em sociedade. Compreender o planejamento por essa perspectiva significa acreditar em uma visão

moderna e humanizada desse recurso. No entanto, na esfera da educação, o planejamento apresentou diferentes facetas ao longo da história, perpassando por configurações conservadoras às dinâmicas e democráticas.

No campo educacional, muitas são as pesquisas desenvolvidas em torno da categoria planejamento. Assim sendo, é fundamental compreender como se dá essa organização em diferentes níveis e aspectos. De acordo com Silva (2013), o planejamento sob a ótica da educação apresenta-se com a seguinte configuração:

- a) no macrocontexto das políticas educacionais temos o conceito de planejamento educacional referindo-se ao planejamento dos sistemas de ensino e de suas redes;
- b) no âmbito das instituições escolares temos o conceito de planejamento escolar referindo-se à organização da escola, dos tempos e espaços escolares;
- c) no âmbito do currículo temos o planejamento curricular referindo-se às formas de reflexão e organização de temáticas, disciplinas em seus diversos campos de conhecimento;
- d) no âmbito do ensino temos ainda o planejamento elaborado pelo professor (plano docente ou plano de trabalho docente) que compreende os conteúdos programáticos, objetivos e os procedimentos metodológicos e avaliatórios, bem como os recursos e materiais didático-pedagógicos (SILVA, 2013, p.11).

Partindo dessa perspectiva, é essencial explorar o conceito de planejamento no macrocontexto das políticas educacionais, porque essa categoria reflete diretamente na escolha das práticas educativas adotadas em sala de aula.

No Brasil, é somente no período da ditadura militar que o planejamento se torna uma ferramenta adotada pelo governo como uma sistemática governamental. Sabe-se que é dentro desse contexto histórico-político que ocorrerá um intenso financiamento internacional, utilizando de um planejamento voltado para o desenvolvimento econômico.

Alinhado com essa perspectiva, é comum observar a transposição de teorias da administração para o campo educacional. Esse deslocamento, todavia, é carregado de contrastes e conflitos. Dessa forma, é primordial ter conhecimento acerca das diferentes concepções de planejamento existentes para que se possa agir de forma crítica quanto à sua implantação, haja vista que:

O desafio é pensar na especificidade do conceito de planejamento no campo educacional e na reflexão quanto às implicações de transposições lineares não reflexivas de teorias e práticas de planejamento não condizentes com os fins da educação e o papel social das escolas (SILVA, 2013, p. 02).

Logo, percebe-se que o entendimento sobre essas teorias torna-se relevante para que se possa compreender as consequências que se terá em adotar concepções de planejamento que não sejam compatíveis com o papel social das escolas, que é “proporcionar desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças” (BRASIL, 2013, p. 04).

De acordo com Silva (2013), no que diz respeito ao campo de estudos de planejamento, é possível identificar três tendências: o gerenciamento da qualidade total, o planejamento estratégico e planejamento participativo.

A seguir apresenta-se um quadro síntese em que se expõem as três tendências de planejamento acima mencionadas, tendo como referência a pesquisa realizada por Araújo (1998) e Silva (2013).

<p>Gerenciamento da qualidade total</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Elaborado hegemonicamente, no Brasil, por Cosete Ramos; ● Amparado no método de gestão empresarial pela qualidade total; ● Construção de “novas” representações e significações sociais das práticas escolares; ● A excelência está condicionada a capacidade que a escola tem de realizar um planejamento estratégico; ● Emprego de termos que são comuns de encontrar no mundo corporativo: aluno = cliente; ● Ações educativas devem ser alteradas de acordo com as necessidades da clientela; ● Uso de modelos técnicos que tomam o mercado como exemplo de eficiência.
<p>Planejamento estratégico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Também denominado de normativo ou racional; ● Marcado pela concepção tecnocrática e economicista; ● Adoção de instrumental técnico para alcançar maior eficiência; ● Presença da burocratização nas instituições de

	ensino; <ul style="list-style-type: none"> ● Secularização do conhecimento; ● Especialização; ● Avaliação dos resultados baseado em normas; ● O rendimento dos alunos aferido por testes padronizados.
Planejamento participativo.	<ul style="list-style-type: none"> ● Elaborado de forma democrática por meio da participação coletiva; ● Visão crítica do conhecimento; ● Materialismo histórico-dialético; ● Totalidade; ● Diversidade; ● Aceitação da subjetividade; ● Revisão crítica; ● Questionamento dos objetivos.

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que o gerenciamento da qualidade total quer transpor um conceito: Teoria do Gerenciamento Empresarial para o campo da Pedagogia. Para isso, parte-se do pressuposto que deve haver uma “renovação” nos processos pedagógicos, que se dá quando a escola busca a excelência por meio de uma pedagogia da qualidade total. Nessa perspectiva, a escola exerce uma função essencial na reorganização da ordem capitalista, por ser esse ambiente fonte expressiva de investimento para o crescimento econômico.

No tocante ao planejamento estratégico, sabe-se que essa tendência se fundamenta na ação instrumental de modelo positivista, por ser marcada por uma concepção tecnicista de planejamento.

Já o planejamento participativo ou interacional aparece como o mais democrático e humanizado dessas três tendências, por envolver a comunidade em sua elaboração e contar com a participação da coletividade em busca de uma identidade para a instituição.

Com relação ao âmbito de ensino, considera-se o planejamento como:

uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. (...) É um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligada à avaliação (LIBÂNEO, 2013, p. 221).

Dessa forma, essa atividade docente está pautada na realização de uma atividade planejada de modo consciente e, ao mesmo tempo, sistematizada, na qual o objetivo principal do educador consiste em criar possibilidades que potencialize o processo de aprendizagem dos discentes, articulando as atividades desenvolvidas no âmbito escolar com a realidade vivenciada no contexto social.

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que o planejamento consiste em uma ação que não tem como objetivo principal o preenchimento de formulários de controles administrativos, mas uma atividade oriunda dos conhecimentos do processo didático atrelada às próprias vivências experimentadas em sala de aula.

Nesse sentido, o planejamento em Educação Profissional e Tecnológica pode ser compreendido dentro das definições apresentadas anteriormente, porque a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um dos campos epistêmicos do conhecimento do ensino básico, mas ao mesmo tempo ela surge como uma categoria que tem especificidades e que deve ser levada em consideração em qualquer ação que seja desenvolvida no contexto da educação profissional, que é a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo.

Na visão de Araújo e Frigotto (2015), o ensino integrado tem:

[...] como proposta não apenas para o ensino profissional. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 63).

Dessa forma, o ensino médio integrado deve fomentar o desenvolvimento de práticas educativas que possibilitem a esses sujeitos a ampliação de sua capacidade de compreender a sua realidade e de a relacionar com a totalidade social – na concepção do materialismo histórico-dialético, a totalidade pode ser compreendida como o todo que compõe a sociedade e suas múltiplas relações - bem como incitar a uma atitude humana transformadora materializada através do compromisso político com a formação ampla dos trabalhadores, alicerçada em um projeto ético-político de transformação social.

Segundo Ramos (2008), o ensino médio integrado trata-se de:

[...] um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. [...] Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (RAMOS, 2008, p. 03).

Sabe-se que o ensino médio integrado à educação profissional busca oferecer uma formação humana integrada, plena ao educando. Para que essa formação se torne concreta, é primordial que ações sejam realizadas para que esse modelo de educação, tão sonhado e buscado por todos aqueles que acreditam que a educação pode contribuir para “a construção de uma sociedade mais justa e integradora” (RAMOS, 2008, p. 01) não fique apenas no plano das ideias, mas que se realize na prática cotidiana da escola. Para que isso aconteça, o planejamento na EPT deve fazer parte da rotina dos educadores.

Nessa perspectiva, o planejamento deve ser construído a partir de dois eixos norteadores essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, afinal, são alicerces basilares para a organização e desenvolvimento do currículo, principalmente no que tange aos seus objetivos, conteúdos e métodos.

O trabalho como princípio educativo é condição indispensável para a elaboração do currículo na EPT, por ser necessário superar a “[...] a dicotomia historicamente cristalizada da divisão social do trabalho entre a ação de executar e as ações de pensar, planejar, dirigir, supervisionar ou controlar a qualidade dos produtos ou serviços.” (BRASIL, 2013, p. 207).

Nessa lógica, admite-se que o trabalho é considerado a primeira mediação entre homem e natureza. Essa relação progride para tornar-se uma unidade ao vincular trabalho e conhecimento, pois o trabalho invoca por uma educação que possibilite o desenvolvimento das capacidades produtivas, científicas e culturais do indivíduo e nisso a escola exerce papel importante, que é possibilitar esse aperfeiçoamento. A partir dessas relações, compreende-se que o ser humano é capaz de produzir sua própria realidade e, dessa forma, apropria-se dela para poder transformá-la.

No que tange ao princípio pedagógico da pesquisa deve considerar “a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo, nas práticas didáticas” (BRASIL, 2013, p. 231).

Para tanto, parte-se do princípio que o processo de aprendizagem deve contribuir efetivamente para a melhoria no mundo do trabalho de forma que oportunize aos sujeitos “os necessários instrumentos para que possam romper com os mecanismos que os habilitam exclusivamente para a reprodução do status quo do capitalismo” (BRASIL, 2013, p. 212).

Acreditar na pesquisa como princípio pedagógico significa investir na autonomia de aprendizagem dos alunos, por meio um processo formativo que os capacitem para a sua independência intelectual, estimulando-os a uma participação mais consciente e democrática nas relações de interação social, de forma que esses sujeitos não sejam apenas consumidores, mas que se envolvam cada vez mais como protagonistas.

De acordo com Grabowski (2014), o planejamento da educação profissional, assim como a gestão, não devem se constituir apenas como componentes curriculares que compõem o processo educacional, eles vão muito além disso, pois são essenciais tanto para o desenvolvimento do trabalho docente quanto para a instituição educacional denominada escola ou para o ambiente de formação profissional. Ainda em consonância com o exposto, o referido autor assevera que

Em educação a incompetência, tanto pedagógica como de gestão, é um elevado risco para a sociedade e precisa ser evitado. Não podemos educar os jovens para planejarem sua vida profissional e pessoal e, contraditoriamente, não demonstrarmos nos processos educacionais o que lhes pregamos como valores necessários de suas existências (GRABOWSKI, 2014, p. 08).

Seguindo essa concepção dentro do contexto do planejamento em EPT, depreende-se que os projetos e processos educativos bem elaborados não prescindem apenas de uma gestão bem organizada, mas essencialmente, que seja bem planejada. Para isso, Grabowski (2014) reforça que o planejamento e a gestão na educação profissional “devam ser exercitadas não enquanto conteúdos programáticos, mas como espaços de aprendizagem (vivências e práticas pedagógicas) que, por sua vez, devem operar na perspectiva de integração do conteúdo, com o método e a forma” (GRABOWSKI, 2014, p. 11).

Coadunando com o pensamento de Grabowski, Freire (1996) converge nesta perspectiva por defender que o processo de ensino-aprendizagem não é pautado na transferência do conhecimento, mas compreende-se como um movimento que precisa ser

constantemente testemunhado e vivido, criando possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Como professor num curso de formação docente não posso esgotar minha prática discursando sobre a Teoria da não extensão do conhecimento. Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da Teoria. O meu discurso sobre a Teoria deve ser o exemplo concreto, prático, da teoria. Sua encarnação. Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos.

Fora disso, me emaranho na rede das contradições em que meu testemunho, inautêntico, perde eficácia (FREIRE, 1996, p. 25).

Portanto, os supracitados autores apresentam princípios que norteiam a compreensão do planejamento como um recurso necessário para uma prática pedagógica que integre teoria e prática, na qual ratifique os valores defendidos pelos docentes, coerentes com as suas convicções epistemológicas e culturais e que estes sejam vivenciados nos processos educacionais.

Ademais, na visão de Freire (1996), homens e mulheres autênticos estão aptos às constantes renovações e sempre disponíveis aos inéditos viáveis de forma a intervir na construção de um mundo onde lhes seja permitido viver a dialética da encarnação histórica da intersubjetividade, isto é, pautado na construção de novos valores, novos saberes, novas estruturas que consistem na própria encarnação renovadora do mundo e na reflexão da existência e convivência com os demais.

Vale salientar que para o desenvolvimento dessas perspectivas anteriormente expostas, deve-se considerar o fato de que na formação de docentes, especificamente na educação profissional, uma parcela dos profissionais são bacharéis, configurando-se como requisito essencial uma formação e qualificação pedagógica inerente ao trabalho educativo para que se possa ofertar uma educação com qualidade social e humana, de tal forma que os sujeitos da aprendizagem adquiram potencial libertador para transformar a realidade que vivenciam.

Analisando a educação profissional como uma política pública educacional, não se pode deixar de mencionar que esta deve ser atrelada ao projeto de sociedade que se pretende implementar, ou que esteja em andamento, levando em consideração seu momento histórico, sua realidade, como também as diretrizes norteadoras do planejamento

que se tentam implementar em todas as sociedades para que haja o desenvolvimento econômico. Isso ocorre porque o “desenvolvimento da sociedade é a meta principal, na medida em que o mundo da produção dos bens materiais e do seu consumo é o móvel que alimenta a existência humana influenciando diretamente as relações sociais” (AZEVEDO, 2001, p. 80).

AS DIFERENTES ABORDAGENS DE PLANEJAMENTO - DAS MAIS CONSERVADORAS E FLEXÍVEIS ÀS MAIS DINÂMICAS E HUMANIZADORAS

Ramos (2012) aborda que “os princípios lógicos de planejamento curricular foram elaborados precisamente por Tyler (1950), determinando-se os fins educacionais e os objetivos de ensino”. A referida autora acrescenta ainda que estes elementos eram dirigidos e controlados de acordo com conteúdos e metodologias selecionados que tinham como base as funções sociais e profissionais e, em seguida, submetidos à avaliação (RAMOS, 2012, p. 111)

Para a pedagogia tradicional de ensino, o planejamento elaborado em consonância com esse modelo, ou seja, baseada no positivismo e no comportamentalismo, busca descrever as condições previstas da aprendizagem, na qual o ensino fica pautado na realização dessas condições de tal forma que, os alunos têm tratamento totalmente igual, em que são condicionados a aprender os mesmos conteúdos, nos mesmos tempos, superando os mesmos obstáculos, enfim, todos os discentes são postos diante de um mesmo processo avaliativo, desrespeitando a individualidade e as diferenças de cada sujeito.

De acordo com Moretto (2010), quando o professor se depara com um novo conceito de planejamento, um modelo inovador na qual o professor tem a discricionariedade para definir a sua relação com seus alunos, em que há o respeito pelas singularidades de cada um, pelas atividades propostas e pelo caminho que a aprendizagem percorrerá e como será avaliada, pode-se observar que este profissional está diante de algumas das decisões que constituem um planejamento pedagógico.

O planejamento pedagógico pode ser considerado como uma atividade ou situação complexa, isto é, um roteiro de saída em que é exigido que o professor desenvolva sua competência para contribuir na realização com sucesso do que foi planejado.

Consoante Moretto (2010), vale salientar que dentro deste processo do planejar, deve ser levado em consideração as particularidades que cada relação estabelece com os itens que compõem a incerteza, a singularidade e o conflito de valores.

Na visão do supracitado autor, o professor é quem planeja, pois precisa “oportunizar condições que favoreçam a melhor aprendizagem do aluno”. Acrescenta ainda que, no ato de planejar, o professor tem que considerar alguns elementos tidos como fundamentais, tais como:

- 1) O autoconhecimento, pois assim poderá escolher estratégias pedagógicas que serão influenciadas pelas suas características psicossociais.
- 2) O conhecimento das características psicossociais e cognitivas dos seus alunos.
- 3) O conhecimento da epistemologia e da metodologia mais adequadas à sua disciplina.
- 4) O conhecimento do contexto social que seus alunos vivenciam para favorecer a aprendizagem significativa de conteúdos relevantes.

Seguindo este pensamento, pode-se considerar, através desta proposta, uma tentativa de superar os limites impostos para o planejamento tradicional, na qual o professor nesta nova abordagem, precisa prever e organizar todas as situações de aprendizagem, num relacionamento colaborativo entre aluno e professor. Assim, esta proposta de planejamento visa apresentar excelentes condições que proporcionam aos alunos a construção dos seus conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes socialmente elaborados e mediatizados pelo professor.

Ademais, Ramos (2012) é enfática ao observar que:

Um outro projeto de sociedade exige recolocar o foco do projeto educacional sobre os sujeitos e os conhecimentos que permitem compreender e transformar a realidade em que vivem. Neste projeto encontra-se também a formação profissional, posto que a compreensão e a transformação da realidade implica a capacidade de produção social da existência, que inclui a ação técnica, política e cultural (RAMOS, 2012, p. 113)

A referida autora conclui essa linha de pensamento afirmando que é à luz desta perspectiva que deve ser discutida a possibilidade e o desafio de se organizar o conhecimento dentro de um projeto pedagógico que integre a articulação das categorias trabalho, ciência e cultura nos planos da formação geral e profissional.

Convergingo nesta perspectiva, Pacheco (2008) afirma que o processo de articular essas categorias supracitadas em uma ação emancipadora requer uma orientação pedagógica não para o conhecimento do tipo enciclopédico, mas, sim, para uma formação com ênfase na compreensão complexa tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à formação integral dos alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2013), o currículo de Educação Profissional e Tecnológica deve priorizar o próprio projeto político-pedagógico da unidade de ensino. Na elaboração desse currículo, é imprescindível superar a tradicional e obsoleta preparação para o trabalho e possibilitar uma formação humana do sujeito que garanta o aperfeiçoamento da sua leitura de mundo e permita que esse cidadão seja consciente dos seus direitos e deveres na sociedade. Guiar-se por esse preceito significa acreditar que a produção do conhecimento pode ser realizada por meio da compreensão da totalidade, ou seja, a síntese das múltiplas relações, por isso considera-se que “a formação humana se expressa com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura” (BRASIL, 2013, p. 228).

Compreende-se, portanto, que o compromisso com a formação humana integral é uma ação de responsabilidade de todos os educadores que atuam no ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica, porque exercer a docência é muito mais do que transferir conhecimentos, é formar, é produzir, é construir e desconstruir conceitos. Dessa forma, o planejamento é uma ferramenta de trabalho pedagógico do professor para um fazer docente crítico e reflexivo, ancorado na organização do conhecimento e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que permita ao educando um contínuo processo de autonomia em relação aos objetos do saber.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2013) ainda afirmam que o ensino na EPT deve buscar desenvolver a integração nos

diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, para que, dessa forma, se cumpra os objetivos da educação nacional, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) asseguram os princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gestão democrática do ensino, valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, entre outros. Essas instruções auxiliam as instituições de ensino

Na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão dos seus projetos pedagógicos, bem como na construção de seus novos currículos escolares e na elaboração dos correspondentes planos de curso, os quais orientam, por sua vez, os planos de trabalho dos docentes (BRASIL, 2013, p. 243).

À vista disso, o planejamento curricular da EPT, segundo as referidas Diretrizes (2013), fundamenta-se no compromisso ético da instituição de ensino em oferecer uma educação que esteja alinhada com o perfil de saberes e competências profissionais exigidos pela natureza do trabalho. Para isso, é necessário levar em consideração os processos de atividades produtivas pertinentes aos eixos tecnológicos estruturantes dos itinerários formativos dos cursos e programas. Todas essas propostas procuram dar conta das necessidades dos sujeitos com a abertura de possibilidades para que os mesmos possam se inserir no universo do mundo do trabalho de forma crítica, ativa, criativa e responsável.

Nessa perspectiva, apresenta-se, a título de exemplo, uma forma de planejamento em EPT, o Projeto Político-Pedagógico do IFRN, que é fruto de uma construção coletiva e elaborado através de um esforço democrático e participativo. Ainda nessa ótica, a tessitura do referido documento reflete a mesma tônica – aberta e dialogal – que rege as práticas pedagógicas e administrativas institucionais.

O documento está pautado em uma dimensão flexível capaz de comportar a dinâmica da sociedade e apresenta o planejamento, os pilares e as ações para que a Instituição possa desempenhar sua função social. A ancoragem política está definida pela visibilização do compromisso com a democratização da educação, entendendo-se essa democratização como um direito irrenunciável da sociedade e como um compromisso com a formação profissional cidadã, crítica, política e reflexiva. No tocante a uma ancoragem pedagógica, o documento apresenta as ações educativas, explicitando os objetivos, as

intenções e os meios de ação, isto é, o conjunto de propósitos e de práticas que são necessários ao fazer pedagógico.

Vale acrescentar que, para a elaboração de um processo de planejamento, é necessário que a instituição, neste exemplo o IFRN, propicie espaços para o desenvolvimento da atividade de planejar, organizar e executar as ações didático-pedagógicas, de uma forma que possibilite aos sujeitos envolvidos - educadores e educandos – a percepção de problemas, a solução destes mediatizados pela interação, pela criticidade e experiências reais, proporcionando um sentido ao processo de ensino e aprendizagem.

Deste modo, o Projeto Político-Pedagógico do IFRN vai além da sistematização de um documento, consistindo, em sua essência, como um pensar e como um planejar o fazer, permitindo ao longo da trajetória percorrida, avaliar alguns critérios, dentre eles, “a apreensão das concepções institucionais (de ser humano, de sociedade, de cultura, de ciência, de tecnologia, de trabalho, de educação...)” (IFRN, 2012, p. 13).

Para melhor explicitar as formas de planejamento discutidas no PPP do IFRN, é importante apresentar o que este documento nos traz acerca desta temática em seu tópico 3.5.1 intitulado “O planejamento pedagógico”, que se subdivide em dois subtópicos, quais sejam: “O planejamento coletivo na prática pedagógica” e “O planejamento e seus elementos constitutivos”. O referido documento justifica que a atitude didático-pedagógica requer um compromisso profissional envolvendo comportamentos que englobam a rotina escolar visando uma educação de qualidade, contribuindo na formação do caráter do educando para atuação em sua vida pessoal e profissional, conscientes dos princípios da ética e da política.

Diante do exposto, para que o planejamento pedagógico consiga alcançar essas expectativas, é essencial fundamentar-se em algumas concepções do ato de planejar. O PPP do IFRN apresenta três aspectos no tocante a essas concepções: Primeiramente, que o planejamento elaborado de forma racional traz um respaldo para os educadores no tocante às tomadas de decisões e na concretização dos objetivos; por conseguinte, defende o ato de planejar como uma forma de a instituição de ensino organizar sua atividade acadêmica; e, por fim, reitera o entendimento de que o processo de ensino e aprendizagem só faz sentido quando expressa as verdadeiras aspirações dos estudantes. (IFRN, 2012, p. 69)

Assim, o supracitado documento, ao defender que esse processo de planejamento deve ser baseado nas situações concretas da realidade dos sujeitos envolvidos para sugerir novas perspectivas de avanços na formação integral dos estudantes, assevera que o planejamento coletivo na prática pedagógica:

configura-se em espaços coletivos de valorização das experiências. Busca-se, entre outras metas que agreguem aprendizado e enriquecimento, estabelecer consensos e negociações de incentivos à melhoria dos planos e da qualidade das aulas; envolver a equipe na criação e na organização de propostas coletivas para os projetos pedagógicos de cursos e a elaboração de projetos de extensão; e fomentar a estruturação da pesquisa. Abrangem-se, portanto, docentes, discentes, técnicos, gestores e demais segmentos comprometidos com as tomadas de decisões institucionais (PPP IFRN, 2012, p. 69)

Este documento defende ainda que, são nestes momentos de planejamento com participação coletiva que são assegurados os princípios democráticos que visam a tomada de decisões conjuntas para a organização das propostas da instituição, assim como as formas de se acompanhar e avaliar esses instrumentos de ações da gestão.

No caso do IFRN, essa forma de planejamento coletivo nos campi é indicada no PPP através de orientação para realização desses momentos, os quais ocorrem de três modos. São eles: a semana pedagógica, as reuniões pedagógicas e as reuniões de grupos. A semana pedagógica é um momento que ocorre no início do semestre letivo, onde é avaliado o trabalho realizado no semestre anterior, visando rever as ações e seus resultados, observando fragilidades para melhorá-las individual e coletivamente. As reuniões pedagógicas são destinadas à reflexão, ao re(planejamento) da prática pedagógica, como também à disseminação de saberes e troca de experiências num ambiente colaborativo. Nela, também são realizadas discussões quanto às ações e tomadas de decisão da gestão e coletivas, legitimando a participação de todos no processo de planejamento. As reuniões de grupos são parecidas com as reuniões pedagógicas, porém, nestas, a intenção é de manter o diálogo entre áreas afins, onde os docentes planejam seus objetivos comuns, com vistas às questões específicas de suas aulas e atividades extras.

Em relação ao planejamento e seus elementos constitutivos, conforme abordado no PPP do IFRN, são apresentados como fundamentais na materialização das ações de planejar: a escolha reflexiva dos objetivos; a organização e a seleção dos conteúdos; os

procedimentos metodológicos; e a organização dos tempos, dos espaços e dos recursos didáticos (IFRN, 2012, p. 71).

Quanto ao elemento “a escolha reflexiva dos objetivos” o PPP menciona que este “ancora-se na necessidade de um entendimento anterior sobre o que se pretende alcançar, ou seja, uma antecipação decorrente da escolha adequada dos objetivos”, (IFRN, 2012, p. 71). Assim, esses objetivos devem ser formulados de forma associada à visão do sujeito humano, no contexto de uma sociedade, considerando os conhecimentos e valores sociais que a instituição defende.

Em relação à “organização e a seleção dos conteúdos”, o PPP considera que “no âmbito da educação integral, implicam a ultrapassagem dos limites das disciplinas conhecidas tradicionalmente”, (IFRN, 2012, p. 72). Aqui, este elemento é assumido como responsável pela compreensão de que os conteúdos vistos academicamente sejam de acordo com os saberes (re)construídos pelo estudante durante todo seu percurso formativo, reforçando o fato da articulação de todo e qualquer conteúdo com outros de natureza distinta.

Conforme o PPP é no elemento “os procedimentos metodológicos” que se concretiza a prática pedagógica, onde o “planejamento requer, do educador, [...]: a escolha de orientações metodológicas que se embasem em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, de forma que se favoreça a aprendizagem do educando numa perspectiva integral.” (IFRN, 2012, p. 72). Com isso, cabe ao educador no seu papel de mediador durante o processo de construção do conhecimento, promover aulas dinâmicas de modo a motivar e propiciar a participação do estudante de forma ativa, visando o desenvolvimento de habilidades e atitudes do discente numa aprendizagem significativa.

Por fim, o PPP (IFRN, 2012, p. 73) traz como último elemento constitutivo do planejamento “a organização dos tempos, dos espaços e dos recursos didáticos” como sendo essencial para o resultado do processo pedagógico, funcionando com vistas à efetivação do trabalho docente. Acrescenta ainda que o tempo disponibilizado para as atividades acadêmicas já foi previamente organizado em calendário anual, constando os semestres e dias letivos, assim como a quantidade de aulas são organizadas em observância ao disposto nas matrizes curriculares com cronogramas que potencializem o trabalho pedagógico. Os espaços físicos e os recursos didáticos são utilizados constantemente, de

forma a se observá-los para poder inovar a prática educativa em ambientes diversos e dinâmicos.

Logo, a questão do planejamento na esfera escolar não parece que é dada a importância que merece ter, pois pode-se pensar que tudo o que há de ser feito já está planejado nos livros ou demais materiais didáticos que servem de suporte para os docentes ou ainda na própria experiência que estes trazem do decorrer de suas vivências. Na verdade, qualquer que seja a atividade a ser desempenhada por qualquer indivíduo, seja pessoal ou profissional, requer a composição de um bom planejamento para que seja executado com cautela e conseqüentemente seja atingido o objetivo esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, quando se pensa em planejamento no contexto educacional imagina-se de imediato tratar-se de um documento com estrutura pré-definida: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos, avaliação, entre outros. Todavia, observa-se que esse modelo de planejamento não apresenta a eficiência exigida para atender as necessidades de uma sociedade cada vez mais multicultural.

É preciso superar essa visão reducionista de planejamento, para assumir uma concepção de prática pedagógica que coloque o aluno como o sujeito que aprende na interação social, construindo e legitimando os seus saberes nessa relação. Para isso, é essencial que o professor tenha profunda compreensão da teoria do conhecimento que assume, pois essa escolha irá repercutir no planejamento de suas atividades e na sua postura na mediação com os indivíduos em formação.

No contexto da EPT, o planejamento deve ser proposto com o intuito de dialogar com o mundo do trabalho de forma que propicie ao educando uma visão e compreensão crítica da sua realidade. Neste sentido, o planejamento tem que contemplar uma abordagem de ensino alinhada às bases conceituais da EPT e que seja capaz de transformar o aluno no personagem principal do seu processo de aprendizagem.

Portanto, o planejamento das práticas pedagógicas defende a participação criativa dos sujeitos, quando se elege o sociointeracionismo como teoria do conhecimento. É a partir

deste processo que se tem a aprendizagem através da prática, do pensamento investigativo, ou seja, capaz de se constituir como uma possibilidade metodológica viável para a formação omnilateral do indivíduo na educação profissional e tecnológica.

O caminho aqui iniciado poderá influenciar em pesquisas futuras que visem um trabalho mais minucioso em relação ao planejamento na EPT, uma vez que ainda é uma temática que dispõe de poucas pesquisas na área. Dessa forma, propostas que direcionem para ampliação e acompanhamento dos processos de planejamento nas instituições de educação, em especial da educação profissional, conforme defende o PPP. Além de propostas práticas, o estudo aqui apresentado pode ser ampliado, trazendo dados presentes nos PPP e em outros documentos norteadores de outras instituições de ensino, o que pode levar a uma pesquisa mais aplicada que contemple diversos elementos e realidades do planejamento pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.
- ARAÚJO, M. M. de. A pedagogia da qualidade total: o novo modo (empresarial) de organização da educação escolar. **Revista Educação em Questão**, 8 (1): 33-45, jan/jun. 1998
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como política pública**. Campinas/SP: Autores Associados, 2. Ed. [s.l.:s.n.], 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394 de 20 dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRABOWSKI, GI. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 6). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Gest%C3%A3o-e-planejamento-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional-e-tecnol%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto político-pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Natal: IFRN, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORETTO, V. P. **Planejamento**: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: IFRN, 2008.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: **SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO**, 2008. Secretaria de Educação do Pará. 08-09 maio 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: Concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.107-128.

SILVA, M. L. da. **Planejamento escolar na perspectiva democrática**. São Paulo: Vozes, 2013.